

PERMANÊNCIA E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA DE UM ESTUDANTE NEGRO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Pâmella Silva Alves¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os desafios e as possibilidades de afirmação da identidade racial de um estudante negro beneficiário de políticas de ação afirmativa no ensino superior. O estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, desenvolvida a partir da análise de uma trajetória individual situada no contexto universitário. As reflexões resultam da análise de narrativas, observações e registros de campo que evidenciam tensões entre inclusão e permanência, bem como estratégias cotidianas de enfrentamento do racismo institucional. Os resultados indicam que a experiência de luri expressa a exigência de sobreesforço para acompanhar o ritmo acadêmico e a importância das redes de apoio e de práticas culturais para a permanência. Conclui-se que a presença de estudantes negros nas universidades, mais do que um indicador de acesso, representa uma transformação simbólica e política do espaço acadêmico. A pesquisa reafirma a relevância das ações afirmativas como mecanismos de democratização e propõe refletir sobre a necessidade de mudanças institucionais para que a permanência não dependa do mérito individual, mas de um direito coletivo.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Identidade racial; Permanência estudantil; Ensino superior; Juventude negra.

Persistence and Identity: The Experience of a Black Student at a Public University

Abstract: This article aims to analyze the challenges and possibilities of affirming racial identity in the experience of a Black student who benefited from affirmative action policies in higher education. The study adopts an interpretive qualitative approach, developed through the analysis of an individual educational trajectory within the university context. The reflections result from the analysis of narratives, observations, and field notes that reveal tensions between inclusion and persistence, as well as everyday strategies for confronting institutional racism. The findings indicate that luri's experience expresses both the demand for overexertion to keep up with the academic pace and the importance of support networks and cultural practices for persistence. The presence of Black students in universities, more than an indicator of access, represents a symbolic and political transformation of the academic space. The research reaffirms the relevance of affirmative action as a mechanism for democratization and highlights the need for institutional changes so that persistence depends not on individual merit but on collective rights.

Keywords: affirmative action; racial identity; student persistence; higher education; Black youth.

Permanencia e Identidad: La Experiencia de un Estudiante Negro en una Universidad Pública

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos y las posibilidades de afirmación de la identidad racial en la experiencia de un estudiante negro beneficiario de políticas de acción afirmativa en la educación superior. El estudio adopta un enfoque cualitativo de carácter interpretativo, desarrollado a partir del análisis de una trayectoria individual situada en el contexto universitario. Las reflexiones resultan del análisis de narrativas, observaciones y registros de campo que evidencian tensiones entre inclusión y permanencia, así como estrategias cotidianas de enfrentamiento al racismo institucional. Los resultados indican que la experiencia de luri expresa tanto la exigencia de un sobreesfuerzo para acompañar el ritmo

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), bolsista CAPES, e mestra em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atualmente pesquisa ações afirmativas, relações raciais e permanência no ensino superior. Integra o Grupo CONTENSÃO (USP). E-mail: pamsilvaalves@usp.br.

académico como la importancia de las redes de apoyo y de las prácticas culturales para la permanencia. Se concluye que la presencia de estudiantes negros en las universidades, más que un indicador de acceso, representa una transformación simbólica y política del espacio académico. La investigación reafirma la relevancia de las acciones afirmativas como mecanismos de democratización y propone reflexionar sobre la necesidad de cambios institucionales para que la permanencia no dependa del mérito individual, sino de un derecho colectivo.

Palabras clave: acciones afirmativas; identidad racial; permanencia estudiantil; educación superior; juventud negra.

1 Introdução

A presença negra nas universidades públicas brasileiras é resultado de um longo processo de luta por reconhecimento e reparação histórica. A trajetória do Movimento Negro, enquanto sujeito político e coletivo, foi fundamental para denunciar o caráter excludente das instituições educacionais e tensionar as políticas de acesso e permanência no ensino superior. Ainda que o discurso da igualdade formal tenha sido consolidado na Constituição de 1988, as desigualdades raciais continuam a estruturar o sistema educacional, refletindo-se no ingresso, na permanência e na conclusão dos cursos universitários por estudantes negros. Como argumenta Munanga (2020), a sociedade brasileira sustenta uma ideologia da mestiçagem que, ao mesmo tempo em que nega o racismo, o reproduz de forma velada, tornando mais complexa a construção da identidade negra e o enfrentamento das desigualdades no campo educacional.

As desigualdades históricas limitam o acesso e a permanência de pessoas negras no ensino superior, reproduzindo o ciclo de exclusão racial que atravessa o sistema educacional brasileiro. O racismo opera como um mecanismo de manutenção dessas hierarquias, afetando desde o ingresso até as oportunidades de formação e trabalho (Bento, 2022). Nesse sentido, a ascensão educacional da população negra permanece condicionada por barreiras estruturais que reforçam o pacto da branquitude e dificultam a mobilidade social.

A partir dos anos 2000, o Brasil iniciou um processo de implementação de políticas de equidade voltadas ao acesso e à permanência no ensino superior. Essas ações afirmativas resultaram de décadas de mobilização do Movimento Negro, que denunciava a marginalização da população negra e o caráter universalista e excludente das instituições educacionais (Gomes, 2018). A consolidação dessas políticas representou um marco na disputa por reconhecimento e reparação histórica no campo educacional.

A ampliação do acesso por meio das políticas de cotas produziu também uma nova configuração geracional nas universidades públicas. A presença de jovens negros e negras nesses espaços marca o surgimento de uma juventude negra que afirma sua identidade por meio da experiência universitária, do engajamento político e de práticas culturais coletivas. Como observam Gomes (2018) e Jesus (2021), essa juventude ressignifica o pertencimento ao articular saberes acadêmicos e saberes da vivência, tensionando as fronteiras raciais ainda presentes no ensino superior.

Essas experiências, articuladas em diferentes contextos institucionais, consolidaram o entendimento de que a presença negra nas universidades não poderia depender apenas do mérito individual, mas de políticas públicas que reconhecessem as desigualdades históricas e estruturais do país. Foi nesse cenário de disputas e conquistas que se formulou a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), conhecida como Lei de Cotas, que instituiu o sistema nacional de reserva de vagas em todas as universidades federais, combinando critérios sociais e raciais para o ingresso de estudantes egressos de escolas públicas. Anos depois, em 2016, a Lei nº 13.409 ampliou essa política ao incluir pessoas com deficiência entre os grupos contemplados, reafirmando o compromisso com a democratização do acesso e a promoção da diversidade no espaço acadêmico.

Tais experiências pioneiras consolidaram o debate público sobre a necessidade de reparar desigualdades históricas e promover a democratização do ensino superior. A promulgação da Lei de Cotas representou a institucionalização desse movimento, ampliando o ingresso de estudantes negros e de grupos historicamente excluídos nas universidades públicas. Contudo, como observa Trindade (2023), o avanço no acesso revelou novos desafios relacionados à permanência, ao pertencimento e à afirmação identitária, evidenciando que a efetivação das ações afirmativas depende também de mudanças estruturais no interior das instituições.

Em 2023, a Lei nº 12.711/2012 foi atualizada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que aperfeiçoou o sistema de cotas no ensino federal. A nova redação incluiu pessoas pertencentes a comunidades quilombolas entre os grupos beneficiários, reduziu o limite de renda familiar per capita para acesso às subcotas socioeconômicas e reforçou a prioridade de estudantes cotistas no acesso a políticas de permanência. Além disso, estendeu o alcance das ações afirmativas à pós-graduação e consolidou dispositivos de monitoramento e avaliação. Essas mudanças reafirmam que as ações afirmativas não se restringem ao ingresso, mas demandam respostas institucionais para a permanência e a equidade no espaço acadêmico.

A ampliação do acesso por meio das políticas de cotas tornou visíveis novas dimensões das desigualdades raciais, especialmente no que se refere à permanência e à construção da identidade de estudantes negros. Neste contexto, o artigo tem por objetivo analisar os desafios e as possibilidades de afirmação da identidade racial a partir da trajetória de Iuri, jovem negro beneficiário da Lei nº 12.711/2012 e um dos participantes de uma pesquisa qualitativa mais ampla, desenvolvida no âmbito de um estudo de mestrado sobre ações afirmativas e trajetórias de estudantes cotistas.

Sua história foi selecionada por representar de forma emblemática as tensões, estratégias e astúcias mobilizadas para enfrentar o racismo institucional e concluir o curso, revelando as contradições que marcam a presença negra na universidade pública. A resignificação da identidade racial no espaço universitário favorece o fortalecimento de um sentimento de pertencimento, mesmo diante das barreiras impostas pelo racismo e das dificuldades de permanência (Jesus, 2021).

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na próxima, são apresentados os caminhos metodológicos que orientaram a pesquisa, situando o contexto mais amplo e o processo de escolha do participante. Em seguida, discute-se a trajetória de Iuri a partir de três eixos analíticos: racismo e resistência no cotidiano universitário; construção da identidade racial e redes de apoio e permanência. Por fim, nas considerações finais, retomam-se as principais contribuições do estudo e as reflexões sobre os desafios que ainda se impõem à presença negra no ensino superior.

2 Procedimentos metodológicos

Este artigo constitui um recorte analítico de uma pesquisa de mestrado que investigou as trajetórias universitárias de quatro estudantes negros cotistas na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Adota-se uma abordagem qualitativa de inspiração narrativa, voltada para a compreensão dos significados atribuídos à experiência universitária e aos processos de construção da identidade racial. Esses estudantes cursavam graduações com altas notas de corte, consideradas entre as mais concorridas da instituição.

Dentre os quatro participantes, o material empírico analisado refere-se à trajetória de Iuri, jovem negro, estudante do curso de Engenharia Elétrica na Universidade, egresso de escola pública e beneficiário da política de cotas, tendo ingressado pela modalidade de vaga com recorte de raça e renda, conforme previsto na Lei nº 12.711/2012. O caso foi selecionado

por sua representatividade analítica, uma vez que sua narrativa evidencia tensões recorrentes entre os demais estudantes do estudo, sobretudo no que diz respeito à afirmação identitária, ao pertencimento e à permanência no ensino superior.

A coleta de dados foi realizada em 2018, por meio de duas entrevistas semiestruturadas, com duração aproximada de sessenta minutos cada, complementadas por trinta dias consecutivos de observações no espaço universitário, durante aulas e momentos de convivência. Todas as observações foram registradas sistematicamente em diário de campo, e as entrevistas, gravadas e transcritas integralmente, compondo o *corpus* de análise.

A análise dos dados baseou-se na análise narrativa temática (Bardin, 2011; Certeau, 2014). A primeira etapa de leitura teve caráter exploratório, buscando identificar episódios centrais e recorrentes da trajetória do participante. Na segunda etapa, procedeu-se à codificação temática, orientada pelas categorias identidade racial, pertencimento e permanência. Por fim, a terceira etapa consistiu na articulação interpretativa entre os dados empíricos e a literatura sobre ações afirmativas, racismo institucional e resistência, o que permitiu compreender as astúcias e estratégias cotidianas mobilizadas por Iuri para enfrentar barreiras institucionais e afirmar-se no espaço universitário.

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa observou os princípios do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o sigilo das informações e a confidencialidade da identidade do participante. O nome utilizado para identificar o estudante é fictício, e os procedimentos foram conduzidos conforme as diretrizes éticas. Por tratar-se da análise de um de caso, o propósito é a generalização analítica, buscando compreender em profundidade uma experiência representativa e transferível a contextos semelhantes.

3 Racismo e resistência no cotidiano universitário

A trajetória de Iuri revela que o processo de reconhecimento racial não se limita ao ingresso na universidade, mas resulta de um percurso anterior de experiências, violências e aprendizados. “Eu tenho quase certeza que as pessoas pensam que eu sou negro. Eu acho que é por conta da pele, no primeiro contato pessoal já olha assim, ainda mais com a minha tonalidade de pele.” (Iuri, entrevista pessoal, 2018).

A percepção de Iuri sobre si mesmo é atravessada por uma leitura social que antecede a autodeclaração. Como explica

Devulsky (2021), a condição negra se expressa na identificação visual e nos elementos simbólicos do corpo, do cabelo e de outros marcadores que extrapolam o biológico. Iuri parece ter descoberto, ainda na meninice, que compunha o grupo negro, ao vivenciar situações embaraçosas que ameaçaram seu direito de existir com suas particularidades. “Eu era pequeno, tinha uns 10, 12 anos, e uma vez eu fui numa padaria lá na minha cidade pra comprar alguma coisa [...] e tinha um cliente, lá, que fez a seguinte brincadeira: ‘não, aqui nós não vendemos pra negro não’.” (Iuri, entrevista, 2018).

Episódios como esse se repetiram em sua trajetória, marcando-o de modo profundo e, como relatou, ensinando-lhe, desde cedo, a desenvolver estratégias para enfrentar um cotidiano racista. Essas experiências revelam que a construção da identidade racial não se dá de forma espontânea, mas como um movimento de resistência diante das exclusões e das práticas de discriminação ainda naturalizadas.

Tomado pela falta de exemplos familiares de sucesso escolar, Iuri constrói um projeto de futuro baseado na crença no estudo como via de transformação social. Mesmo se descrevendo como “tímido” e “fechado”, percebeu na escola um campo de reconhecimento, onde ser “bom aluno” e “inteligente” se tornava uma forma de participar do “jogo” e escapar, momentaneamente, dos estigmas raciais. Ao ingressar na universidade por meio das ações afirmativas, passa a reconhecer a dimensão política de sua presença na universidade.

Eu lembro que quando eu olhei, achei bem equiparadas as notas. Mas eu escolhi mesmo porque é direito. Eu já ouvi muito falar de compensação do que foi sofrido por essa classe no passado. [...] De negro sempre tá com renda mais baixa, nas periferias, não ter tanto acesso quanto as outras pessoas têm” (Iuri, entrevista, 2018).

Sua fala demonstra consciência de que o acesso às políticas afirmativas é um direito conquistado, não uma concessão, e reflete o entendimento de que as desigualdades raciais estão ligadas a processos históricos de exclusão e marginalização. Ao chegar à UFSJ, Iuri percebe que o cotidiano das aulas é marcado por diferenças sutis de classe e raça.

Nesse espaço de privilégios alheios, suas experiências geraram uma série de incertezas. “Eu tive que correr muito atrás para conseguir nivelar com os meus colegas. Nessa questão acadêmica, eu cheguei sem base nenhuma para seguir com as matérias. Então, eu tive necessidade de correr atrás, senão eu não daria conta.” (Iuri, entrevista, 2018).

De acordo com Lacerda (2006), o ingresso em instituições de ensino superior de alta qualidade é mais provável entre estudantes favorecidos materialmente, especialmente aqueles que frequentaram escolas privadas. Essa disparidade, visível no relato de Iuri, explicita a distância entre oportunidades formativas e o impacto das condições socioeconômicas na adaptação ao curso.

Diante dessa realidade, o jovem busca resolver seus conflitos individuais por meio da dedicação e da cooperação com colegas. Ele relata trocar materiais, tirar dúvidas e frequentar a sala dos professores como estratégias para superar lacunas e afirmar seu pertencimento. Fatores como esses estão diretamente relacionados ao seu perfil social e se tornam ainda mais evidentes ao considerar que não podia frequentar os mesmos espaços de lazer que os colegas, por falta de condições econômicas.

Mesmo assim, o estudante não se conforma com as restritas possibilidades de diversão e busca ambientes mais próximos de sua condição social para se distrair da rotina “pesada” de estudos. Essa adaptação demonstra como as experiências de Iuri se inscrevem na intersecção entre desigualdade socioeconômica e resistência subjetiva: reinventar os espaços possíveis é também uma forma de continuar pertencendo. Essas ações podem ser compreendidas como “táticas do cotidiano”, gestos que reinventam as práticas dentro de um campo desigual.

De um grupo a outro, não se consomem os mesmos produtos, não se acomodam da mesma forma, nem são absorvidos respeitando o mesmo código de boas maneiras à mesa. As diferenças muitas vezes ficam por conta de uma história cultural, regional, dos particularismos obscuros (Certeau et al., 2013, p. 241).

Assim, as fronteiras raciais e de classe permanecem ativas mesmo em ambientes que se pretendem democráticos, traduzindo-se nas práticas, nos gestos e nas ausências do cotidiano universitário. O racismo institucional não se limita a ações explícitas de discriminação, mas estrutura o modo como as instituições funcionam e se percebem. “Em um ambiente em que todas as pessoas são brancas, elas se identificam umas com as outras e se veem como iguais, membros de um mesmo grupo” (Bento, 2022, p. 73). Essa exclusividade racial nas posições de prestígio e decisão é também uma forma de exclusão, ainda que naturalizada. Como observa Bento (2022), em sociedades marcadas pela herança do racismo, a preferência por determinados perfis, geralmente brancos, para ocupar cargos de comando e decisão em instituições de diferentes áreas, como educação, saúde e finanças, contribui

para precarizar as condições de vida da população negra e reforçar desigualdades estruturais.

De modo convergente, Almeida (2019) aponta que, em sociedades onde o racismo estrutura a vida cotidiana, as instituições que não o enfrentam de forma ativa tendem a reproduzir, de maneira automática, as desigualdades já naturalizadas. Essas reflexões ajudam a compreender como a universidade, ao não tratar o racismo como problema institucional, reforça as assimetrias que a atravessam.

As práticas cotidianas na universidade, os modos de se vestir, de falar e de circular também revelam as fronteiras simbólicas que separam grupos sociais e raciais. Essas diferenças resultam de histórias culturais e sociais que definem modos distintos de habitar e significar o espaço Certeau et al. (2013). No ambiente acadêmico, essas distinções se tornam mais evidentes, pois estudantes negros, especialmente os oriundos de escolas públicas, são constantemente lembrados de sua diferença em contextos que historicamente não foram pensados para eles. Iuri percebe essas fronteiras de forma sutil, nas interações cotidianas, o que reforça a necessidade de criar táticas para se manter e ser reconhecido naquele ambiente.

O esforço de Iuri para acompanhar o ritmo da universidade não se restringe a uma questão individual: ele expressa as contradições de um sistema educacional que, ao longo da história, privilegiou determinados grupos e manteve outros à margem.

Vivemos em tempos de políticas de ações afirmativas nas universidades e nos concursos públicos. E isso mexe com as forças conservadoras, com o capital e com os grupos de poder. Mexe com o mercado de trabalho excludente e com os grupos que sempre ocuparam vagas de emprego, lugares de poder e liderança, como se fossem privilégios de alguns e não direito social de todas e todos (Gomes, 2018, p. 20).

A presença de estudantes negros como Iuri nesses espaços rompe o pacto silencioso da exclusividade branca, obrigando a universidade a confrontar suas próprias hierarquias. As percepções de Iuri sobre a cor da sua pele revelam a complexidade das relações raciais no Brasil. Ele afirma se identificar como negro, mas “por não ser retinto, sofre menos discriminação”, o que evidencia as sutilezas do colorismo e os limites da igualdade formal.

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. “O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de

segmentos subordinados [...] graças à ideologia do branqueamento." (Gonzalez, 2020, p. 139).

Ao se reconhecer como negro e permanecer no curso, luri desafia essa lógica e transforma sua trajetória em gesto político de resistência. Sua história, marcada por tensões entre pertencimento e exclusão, revela as contradições de uma universidade que ainda reproduz hierarquias raciais mesmo após a adoção das cotas. "As ações afirmativas escancaram o cunho racial em que vivemos e visibilizam os setores, os espaços e as instituições nos quais a desigualdade racial atua com maior profundidade." (Jesus, 2021, p. 7). Sua permanência é, portanto, também um ato político, uma forma de denúncia e de reinvenção do espaço universitário.

4 Permanência, redes de apoio e ressignificação da identidade negra no ensino superior

Durante o curso, luri estabeleceu poucas relações de amizade, mas contou com colegas que o ajudaram em momentos decisivos de sua trajetória acadêmica. Entre eles, destacam-se dois perfis que marcaram suas experiências de socialização: um colega branco, que havia participado de intercâmbio internacional e representava a circulação de capitais culturais valorizados no meio universitário, e outro, filho de um professor do próprio departamento, que o acolhia em encontros familiares e com quem compartilhava atividades acadêmicas. Essas relações, ainda que restritas, revelam a importância das redes interpessoais no processo de permanência, mostrando que o apoio cotidiano pode funcionar como forma de mediação simbólica entre mundos sociais desiguais.

Bento (2022) observa que as instituições de ensino superior ainda operam sob estruturas de exclusão que exigem, por parte de estudantes negros, a criação de estratégias e alianças para enfrentar desigualdades e conquistar reconhecimento. À luz das atualizações da Lei de cotas em 2023, que conferem prioridade a cotistas no acesso a políticas de permanência, a experiência de luri também evidencia como medidas institucionais e apoios cotidianos se articulam na trajetória de estudantes negros.

Aos poucos, luri começou a explorar novas dimensões da vida universitária e participou de projetos de extensão e pesquisa. Em um deles, atuou como bolsista de iniciação científica na área de otimização de sistemas elétricos e, em outro, em um projeto de robótica. Essas experiências ampliaram seu repertório cultural e representaram conquistas simbólicas importantes, pois mostravam que sua presença também podia significar produção de conhecimento e excelência acadêmica.

A conquista de bolsas e o engajamento em projetos evidenciam o esforço de inserção e de resistência que caracteriza a trajetória de muitos estudantes negros nas universidades públicas. Gomes (2018) compreende essas ações como práticas de autoafirmação da juventude negra, que ao ingressar em espaços historicamente elitizados constrói novas formas de pertencimento e ressignificação.

No campo da vida cultural, Iuri descreve mudanças significativas. Em sua cidade de origem, o acesso a manifestações artísticas era restrito a eventos locais, enquanto na universidade passou a frequentar teatros, festivais e apresentações musicais. As limitações econômicas, contudo, restringiam o pleno acesso à vida cultural urbana, o que o levou a buscar alternativas de lazer mais acessíveis.

Com colegas de república e outros estudantes, organizou rodas de convivência nos finais de semana e criou um pequeno grupo de forró universitário aberto à comunidade. Nessas atividades, o corpo, a dança e o encontro com outros estudantes de diferentes cursos tornaram-se formas de resistência simbólica e de afirmação coletiva. Essa dimensão relacional reflete o que Bento (2022) denomina experiências de enfrentamento das exclusões institucionais, nas quais ocupar os espaços culturais é também um gesto político de presença e transformação.

Ao reinventar os espaços de convivência e investir em práticas culturais coletivas, Iuri reafirma uma identidade que se constrói na experiência e na memória. Essa dimensão política da permanência se aproxima do que aponta Munanga (2020), ao discutir que a reconstrução da identidade negra implica o resgate de uma história e de uma cultura sistematicamente negadas, e na afirmação positiva de uma presença que sempre contribuiu para a formação do país. Nesse sentido, as estratégias de resistência do estudante podem ser compreendidas como formas contemporâneas de reapropriação simbólica e de reconstrução de pertencimento.

Nesse contexto, as exigências acadêmicas e as pressões por desempenho também marcaram sua trajetória, exigindo dele constante esforço para equilibrar estudo e vida pessoal. Iuri contou que “antes, tinha que correr atrás das dificuldades, estudava todo fim de semana e quase não saía” (Iuri, entrevista, 2018). Com o tempo, percebeu “a importância de ter momentos de lazer” para manter o equilíbrio entre a rotina acadêmica e a saúde mental. Assim, Iuri investe em encontros com jovens provenientes de universos socioculturais semelhantes, criando práticas espontâneas de sociabilidade que o tornam agente de sua própria vivência. Esses espaços informais, marcados por expressões populares como a dança e a música, oferecem pistas sobre como os novos sujeitos que ocupam a universidade se relacionam e constroem pertencimento.

Pode-se compreender que, a partir das políticas de ações afirmativas, formou-se um novo perfil de juventude negra que afirma sua identidade por meio da estética, da coletividade e da ocupação de lugares acadêmicos e sociais, assumindo orgulho de sua origem popular e periférica como expressão política, como discute Gomes (2018).

As experiências narradas por Iuri mostram que a permanência no ensino superior é atravessada por dimensões que vão além do desempenho acadêmico. Entre as dificuldades e as conquistas, ele reelabora sua identidade e se reconhece como parte de uma geração de jovens negros que, ao ocupar a universidade, também a transforma. A trajetória do estudante demonstra que o aprendizado não se restringe às disciplinas formais, mas se estende às práticas cotidianas, às relações de solidariedade e aos espaços coletivos de convivência. Essas relações configuram um campo de formação construído entre saberes acadêmicos e experiências de vida, em que o ato de aprender se torna também um modo de resistir às hierarquias sociais e raciais que estruturam o ensino superior.

A experiência cotidiana desses estudantes revela que o aprendizado pode ser também um gesto de liberdade, construído na troca e na escuta. Nessa perspectiva, “a educação pode se tornar uma prática de liberdade quando reconhece a experiência como modo legítimo de conhecer e cria espaços de fala e escuta dentro das estruturas de dominação” (bell hooks, 2017, p. 91).

A presença de estudantes negros como Iuri na universidade tensiona as formas tradicionais de ensinar e aprender, pois introduz novas linguagens e sentidos no espaço acadêmico. Essa presença é, ao mesmo tempo, pedagógica e política, pois desafia o mito da neutralidade institucional e reivindica uma pedagogia pautada na escuta e na pluralidade. Ao reconhecer que todos levam consigo conhecimentos oriundos da experiência, a universidade pode se tornar um espaço mais democrático e comprometido com a transformação social.

Por tratar-se de um estudo com um único participante, as análises aqui apresentadas não pretendem generalizar resultados, mas oferecer elementos para compreender experiências semelhantes de estudantes negros em cursos marcados pela desigualdade racial e social. Bento (2022) e Gomes (2018) ajudam a compreender que as políticas de ações afirmativas, ao promoverem o ingresso e a permanência, possibilitam também processos de reeducação institucional e de reconstrução simbólica do espaço universitário. Desse modo, o caso analisado contribui para refletir sobre os desafios e as possibilidades de afirmação da identidade racial no ensino superior, indicando que a presença negra, mais do que ocupar lugares, transforma estruturas. Esse movimento abre caminho para novas leituras sobre o papel das cotas e

para pensar a universidade como espaço plural de formação e liberdade.

5 Considerações Finais

A trajetória de Iuri expressa os desafios e as potências de uma juventude negra que inaugura novas formas de estar na universidade. Mais do que garantir o acesso, as ações afirmativas possibilitam a emergência de sujeitos que transformam o cotidiano acadêmico por meio da presença, da cultura e da resistência. Essa juventude revela que a permanência é também um ato político, capaz de reeducar as instituições e ampliar os sentidos da democracia.

O artigo teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades de afirmação da identidade racial de um estudante negro beneficiário da Lei nº 12.711/2012 no ensino superior, a partir de sua trajetória acadêmica e social. A experiência de Iuri evidenciou as contradições presentes na universidade pública, um espaço que, ao mesmo tempo em que se propõe inclusivo, ainda reproduz estruturas de exclusão racial e social. As análises mostraram que o acesso garantido pelas ações afirmativas não assegura, por si só, condições igualitárias de permanência. É necessário considerar as dimensões simbólicas, afetivas e culturais que atravessam a vida universitária de estudantes negros.

A trajetória de Iuri demonstra que permanecer na universidade exige muito mais do que dedicação pessoal. O esforço contínuo para acompanhar o ritmo institucional, muitas vezes naturalizado como mérito, reflete as desigualdades históricas que organizam o espaço acadêmico. Suas estratégias de resistência, o apoio entre pares e a criação de redes de convivência indicam que a permanência é também uma forma de agência política que desafia o ideal meritocrático e reivindica reconhecimento e equidade. Assim, o caso analisado permite compreender que o êxito acadêmico não deve ser entendido como superação individual, mas como enfrentamento coletivo de um sistema que ainda privilegia determinados corpos e trajetórias.

Por tratar-se de um estudo centrado em um único participante, os resultados não têm a intenção de representar um grupo maior, mas de contribuir para a compreensão de experiências semelhantes de estudantes negros em cursos historicamente marcados pela desigualdade racial e de classe. O caráter qualitativo e narrativo da pesquisa possibilitou evidenciar aspectos subjetivos e cotidianos que muitas vezes não aparecem em estudos quantitativos sobre as ações afirmativas. Essa limitação também aponta caminhos para novas investigações que articulem raça, gênero, classe e

permanência universitária, ampliando o debate sobre o impacto das políticas públicas e o papel dos coletivos negros na construção de ambientes mais democráticos.

As reflexões apresentadas indicam que compreender trajetórias como a de Iuri é reconhecer que as políticas afirmativas não se encerram no ingresso, mas devem promover uma reeducação institucional. Permanecer é resistir e transformar. Transformar a universidade, seus currículos, metodologias e formas de convivência. A presença negra, ao ocupar os espaços acadêmicos, questiona o mito da neutralidade e propõe novas epistemologias baseadas na experiência, na escuta e na pluralidade. O desafio que se coloca é o de construir um ensino superior que reconheça a diversidade como princípio e compreenda a educação como prática de liberdade, em que a permanência não dependa do sacrifício, mas do direito.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 3, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 14.723, 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o acesso especial de quilombolas nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 01 nov. 2025.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. ALVES, E.F. (trad.). 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 2. Morar e cozinhar*. ALVES, E.F.; ORTH, L. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DEVULSKY, A. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2018.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F; LIMA, M. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo B. C. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, R. E. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LACERDA, W. M. G. **Famílias e filhos na construção de trajetórias escolares pouco prováveis: o caso dos iteanos**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TRINDADE, J. da S. **Entre a harmonia, o racismo velado e o silêncio: as relações raciais entre negros/as e brancos/as no curso de Medicina na Universidade Federal do Pará**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Altamira, 2023.